



Secretaria de Estado
de Fazenda do Estado
do Rio de Janeiro
Concurso Público 2010
PROVA 1 – 17/04/2011
Caderno de Provas Objetivas



AUDITOR FISCAL

TIPO 3 – AMARELO

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do tipo 3. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 3**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 3;
 - b) este caderno de prova tipo 3, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portando aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar eliminação sumária do candidato.**
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- Ao receber a folha de respostas, é sua **obrigação**:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- Você deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- Em hipótese alguma haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de cinco horas.
- Você somente poderá sair do local de prova 2 (duas) horas após o seu início.
- Você somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.

Texto para as questões 1 a 10

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica

No Brasil, embora exista desde 1988 o permissivo constitucional para responsabilização penal das pessoas jurídicas em casos de crimes ambientais (artigo 225, parágrafo 3º), é certo que a adoção, na prática, dessa possibilidade vem se dando de forma bastante tímida, muito em razão das inúmeras deficiências de técnica legislativa encontradas na Lei 9.605, de 1998, que a tornam quase que inaplicável neste âmbito.

A partir de uma perspectiva que tem como ponto de partida os debates travados no âmbito doutrinário nacional, insuflados pelos também acalorados debates em plano internacional sobre o tema e pela crescente aceitação da possibilidade da responsabilização penal da pessoa jurídica em legislações de países de importância central na atividade econômica globalizada, é possível vislumbrar que, em breve, discussões sobre a ampliação legal do rol das possibilidades desse tipo de responsabilização penal ganhem cada vez mais espaço no Brasil.

É certo que a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas – principalmente, as transnacionais –, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz.

Na Espanha, por exemplo, a recentíssima reforma do Código Penal – que atende diretivas da União Europeia sobre o tema – trouxe, no artigo 31 *bis*, não só a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica (por delitos que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais, ou por conta, nome, ou em proveito delas), mas também estabelece regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos (ela será aplicável [...], em função da inoperância de controles empresariais, sobre atividades desempenhadas pelas pessoas físicas que as dirigem ou que agem em seu nome). A vigência na nova norma penal já trouxe efeitos práticos no cotidiano acadêmico e empresarial, pois abundam, naquele país, ciclos de debates acerca dos instrumentos de controle da administração empresarial, promovidos por empresas que pretendem implementar, o quanto antes, práticas administrativas voltadas à prevenção de qualquer tipo de responsabilidade penal.

Dessa realidade legal e da tendência político-criminal que dela se pode inferir, ganham importância, no espectro de preocupação não só das empresas estrangeiras situadas no Brasil, mas também das próprias empresas nacionais, as práticas de *criminal*

55 *compliance*.

Tem-se, *grosso modo*, por *compliance* a submissão ou a obediência a diversas obrigações impostas às empresas privadas, por meio da implementação de políticas e procedimentos gerenciais adequados, com a finalidade de detectar e gerir os riscos da atividade da empresa.

Na atualidade, o direito penal tem assumido uma função muito próxima do direito administrativo, isto é, vêm-se incriminando, cada vez mais, os descumprimentos das normas regulatórias estatais, como forma de reforçar a necessidade de prevenção de riscos a bens juridicamente tutelados. Muitas vezes, o mero descumprimento doloso dessas normas e diretivas administrativas estatais pode conduzir à responsabilização penal de funcionários ou dirigentes da empresa, ou mesmo à própria responsabilização da pessoa jurídica, quando houver previsão legal para tanto.

Assim sendo, *criminal compliance* pode ser compreendido como prática sistemática de controles internos com vistas a dar cumprimento às normas e deveres ínsitos a cada atividade econômica, objetivando prevenir possibilidades de responsabilização penal decorrente da prática dos atos normais de gestão empresarial.

No Brasil, por exemplo, existem regras de *criminal compliance* previstas na Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613, de 3 de março de 1998 – que sujeitam as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros, compra e venda de moeda estrangeira ou ouro ou títulos ou valores mobiliários, à obrigação de comunicar aos órgãos oficiais sobre as operações tidas como “suspeitas”, sob pena de serem responsabilizadas penal e administrativamente.

Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia. Trata-se, portanto, de um assunto de relevante interesse para as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil, bem como para os profissionais especializados na área criminal, que atuarão cada vez mais veementemente na prevenção dos riscos da empresa. (...)

(Leandro Sarcedo e Jonathan Ariel Raicher.

In: *Valor Econômico*. 29/03/2011 – com adaptações)

1

Assinale a alternativa em que se tenha indicado **INCORRETAMENTE** a relação entre vocábulo e o termo a que ele se refere.

- (A) delas (L.37) – das atividades sociais
- (B) a (L.8) – Lei 9.605
- (C) sua (L.30) – das empresas
- (D) seus (L.26) – das empresas
- (E) dela (L.51) – da tendência político-criminal

2

Porém, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o criminal compliance sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia. (L.92-98)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha mantido adequação quanto ao seu sentido original e correção quanto à pontuação.

- (A) Sofrendo, contudo, o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
- (B) Contudo, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
- (C) Sofrendo o Brasil, no entanto, os influxos de modelos legislativos estrangeiros – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem –, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
- (D) Entretanto, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem – não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.
- (E) Todavia, sofrendo o Brasil os influxos de modelos legislativos estrangeiros, – assim como estando as matrizes das empresas transnacionais que aqui operam sujeitas às normas de seus países de origem –, não tardará para que as práticas que envolvem o *criminal compliance* sejam estendidas a diversos outros segmentos da economia.

3

Por *ínsitos* (L.77), **NÃO** se pode entender

- (A) típicos.
- (B) peculiares.
- (C) adventícios.
- (D) característicos.
- (E) inerentes.

4

Trata-se, portanto, de um assunto de relevante interesse para as empresas nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil, bem como para os profissionais especializados na área criminal, que atuarão cada vez mais veementemente na prevenção dos riscos da empresa. (L.98-103)

No período destacado acima, o SE classifica-se como

- (A) pronome reflexivo.
- (B) parte integrante do verbo.
- (C) partícula apassivadora.
- (D) indeterminador do sujeito.
- (E) pronome oblíquo.

5

É correto afirmar que o sexto parágrafo do texto, quanto à sua tipologia e à sua função discursiva em relação ao texto como um todo, mantém maior aproximação com o

- (A) quarto parágrafo.
- (B) segundo parágrafo.
- (C) oitavo parágrafo.
- (D) sétimo parágrafo.
- (E) quinto parágrafo.

6

A palavra *sujeitas* (L.95) exerce, no texto, função sintática de

- (A) adjunto adverbial de modo.
- (B) predicativo do objeto.
- (C) objeto direto.
- (D) predicativo do sujeito.
- (E) complemento nominal.

7

Assinale o termo que, no texto, desempenhe função sintática idêntica à de *à obrigação* (L.88).

- (A) a diversas obrigações (L.57)
- (B) às normas (L.95)
- (C) da adoção (L.24)
- (D) dessa possibilidade (L.5)
- (E) de ajustamentos (L.23)

8

Na Espanha, por exemplo, a recentíssima reforma do Código Penal – que atende diretivas da União Europeia sobre o tema – trouxe, no artigo 31 bis, não só a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica (por delitos que sejam cometidos no exercício de suas atividades sociais, ou por conta, nome, ou em proveito delas), mas também estabelece regras de como essa responsabilização será aferida nos casos concretos (ela será aplicável [...], em função da inoperância de controles empresariais, sobre atividades desempenhadas pelas pessoas físicas que as dirigem ou que agem em seu nome). (L.31-42)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. Há uma oração coordenada sindética aditiva e uma oração coordenada sindética alternativa.
- II. Há três orações na voz passiva, mas somente uma com agente da passiva explícito.
- III. Há quatro orações subordinadas adjetivas desenvolvidas e uma oração subordinada adjetiva reduzida.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

9

Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nas empresas transnacionais, políticas de *criminal compliance* devem ser pensadas em adequação às diferentes legislações que podem ser adotadas nos diversos países em que atuam.
- II. Para evitar que bens juridicamente tutelados sejam atingidos, o direito penal vem se aproximando cada vez mais do direito administrativo.
- III. No tocante ao modelo de *criminal compliance* adotado hoje no Brasil, percebe-se a nítida influência da reforma do Código Penal espanhol.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

10

Assinale a alternativa em que o elemento *in-* tenha valor idêntico ao de *insuflados* (L.12).

- (A) influxos (L.92)
- (B) inaplicável (L.8)
- (C) inferir (L.51)
- (D) intermediação (L.86)
- (E) inúmeras (L.6)

11

É certo que a mudança do enfoque sobre o tema, no âmbito das empresas – principalmente, as transnacionais –, decorrerá também de ajustamentos de postura administrativa decorrentes da adoção de critérios de responsabilização penal da pessoa jurídica em seus países de origem. Tais mudanças, inevitavelmente, terão que abranger as práticas administrativas de suas congêneres espalhadas pelo mundo, a fim de evitar respingos de responsabilização em sua matriz. (L.21-30)

No trecho acima, as ocorrências da palavra QUE classificam-se, respectivamente, como

- (A) pronome relativo e preposição.
- (B) conjunção integrante e preposição.
- (C) preposição e pronome relativo.
- (D) pronome relativo e conjunção integrante.
- (E) conjunção integrante e conjunção integrante.

12

No Brasil, por exemplo, existem regras de criminal compliance... (L.81-82)

Assinale a alternativa em que a alteração do trecho acima tenha provocado **INADEQUAÇÃO** quanto à norma culta. Não leve em conta a alteração de sentido.

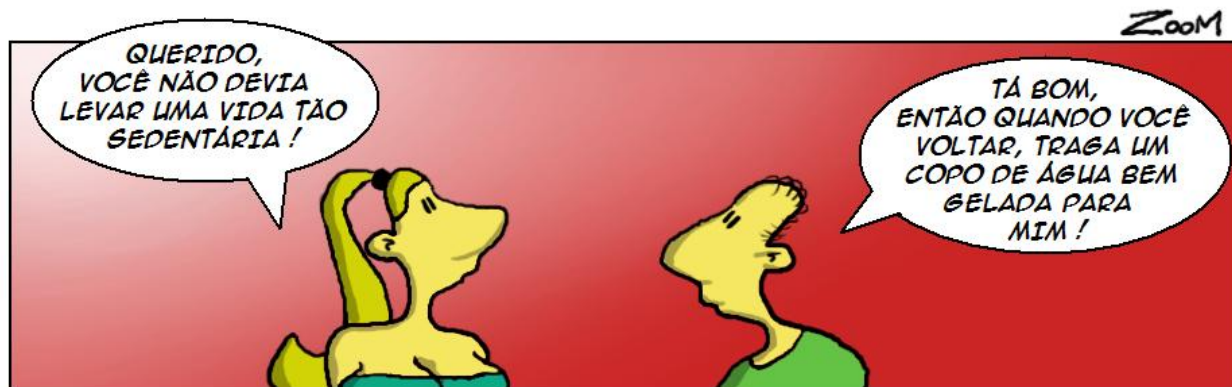
- (A) No Brasil, por exemplo, poderão existir regras de *criminal compliance*...
- (B) No Brasil, por exemplo, devem existir regras de *criminal compliance*...
- (C) No Brasil, por exemplo, haverá regras de *criminal compliance*...
- (D) No Brasil, por exemplo, deve haver regras de *criminal compliance*...
- (E) No Brasil, por exemplo, há de existir regras de *criminal compliance*...

13

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha valor adverbial.

- (A) bastante (L.6)
- (B) só (L.52)
- (C) antes (L.47)
- (D) mais (L.20)
- (E) penal (L.91)

Texto para as questões 14 a 16



(Rodrigo Zoom. <http://www.flickr.com/photos/rodrigozoom>)

14

A respeito da interpretação do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

- I. Associando texto e imagem, é correto afirmar que o uso da ironia é a chave para o entendimento do quadrinho.
- II. Na fala do homem, o humor reside em um trocadilho com relação à fala da mulher.
- III. Não há elementos textuais que indiquem ser possível afirmar com certeza se o homem entendeu ou não a mensagem da mulher.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

15

Assinale a alternativa em que a alteração da fala do homem do quadrinho **NÃO** tenha sido feita com adequação à norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

- (A) Quando vós voltardes, não tragais um copo de água bem gelada para mim!
- (B) Quando vós voltardes, trouxe um copo de água bem gelada para mim!
- (C) Quando vós voltardes, não trazeis um copo de água bem gelada para mim!
- (D) Quando tu voltares, traz um copo de água bem gelada para mim!
- (E) Quando tu voltares, não tragas um copo de água bem gelada para mim!

16

A respeito do quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ao passar parte da fala do homem para o discurso indireto, ficaria correta a frase "O homem pediu à mulher que trouxesse um copo de água bem gelada para ele".
- II. Na fala da mulher, ficaria correto substituir devia por deveria.
- III. Há marcas linguísticas na fala do homem que caracterizam o registro coloquial.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Texto para as questões 17 a 20

Último Desejo

- Nosso amor que eu não esqueço
E que teve o seu começo
Numa festa de São João
Morre hoje sem fogueiro
- 5 Sem retrato e sem bilhete
Sem luar, sem violão
Perto de você me calo
Tudo penso e nada falo
Tenho medo de chorar
- 10 Nunca mais quero o seu beijo
Mas meu último desejo
Você não pode negar
Se alguma pessoa amiga pedir
Que você lhe diga
- 15 Se você me quer ou não
Diga que você me adora
Que você lamenta e chora
A nossa separação
Às pessoas que eu detesto
- 20 Diga sempre que eu não presto
Que meu lar é o botequim
Que eu arruinei sua vida
Que eu não mereço a comida
Que você pagou pra mim

(Noel Rosa)

17

*Diga que você me adora
Que você lamenta e chora
A nossa separação
Às pessoas que eu detesto
Diga sempre que eu não presto*
(versos 16-20)

No trecho acima há quantas ocorrências, respectivamente, de pronomes e conjunções?

- (A) Sete e quatro.
- (B) Seis e quatro.
- (C) Cinco e cinco.
- (D) Sete e cinco.
- (E) Seis e cinco.

18

Que você pagou pra mim (verso 24)

Assinale a alternativa em que a alteração do verso acima tenha sido feita de acordo com a norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

- (A) Que Vossa Excelência pagou pra mim
- (B) Que Vossa Senhoria pagastes pra mim
- (C) Que tu pagáreis pra mim
- (D) Que tu pagastes pra mim
- (E) Que vós pagaste pra mim

19

A respeito da composição de Noel Rosa, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível inferir pela leitura da composição que se trata do último desejo da vida de um dos amantes.
- II. Não é possível identificar textualmente se a voz que fala na composição é masculina ou feminina.
- III. O último desejo é constituído por dois pedidos.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

20

Assinale a alternativa em que a alteração do verso da canção tenha sido feito com adequação à norma culta. Não leve em conta possível alteração de sentido.

- (A) Nosso amor que eu não esqueço (v.1) / Nosso amor de que eu não esqueço
- (B) Diga que você me adora (v.16) / Diga que você adora-me
- (C) Às pessoas que eu detesto (v.19) / Às pessoas que não gosto
- (D) Que você pagou pra mim (v.24) / Por que você optou para mim
- (E) Que você lhe diga (v.14) / Que você lhe encontre

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

21

Em um período de um ano, a taxa aparente de juros foi de 15%, e a taxa de inflação, de 5%. Assim, a taxa real foi de

- (A) 7,50%.
- (B) 9,52%.
- (C) 8,95%.
- (D) 20,75%.
- (E) 10,00%.

22

Um processo X segue uma distribuição normal com média populacional desconhecida, mas com desvio-padrão conhecido e igual a 4. Uma amostra com 64 observações dessa população é feita, com média amostral 45. Dada essa média amostral, a estimativa da média populacional, a um intervalo de confiança de 95%, é

- (A) (42,5;46,5).
- (B) (44,875;45,125).
- (C) (44;46).
- (D) (37;54).
- (E) (41;49).

23

A respeito dos conceitos relacionados ao cálculo de montantes sob juros compostos (sendo VF o Valor Futuro, VP o Valor Presente, n o número de períodos e i a taxa de juros), analise as afirmativas a seguir:

- I. O Valor Futuro quando os juros são contínuos pode ser determinado por $VF = VP e^{in}$.
- II. O número de períodos pode ser determinado pela fórmula $n = \ln(FV / PV) / \ln(1 + i)$.
- III. O cálculo da taxa de juros é determinado por $i = (FV / PV)^{1/n} - 1$.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

24

Um indivíduo tem uma dívida de R\$ 500,00 cuja taxa de juros é de 10% ao mês, juros compostos. Após três meses, essa dívida é

- (A) R\$ 675,00.
- (B) R\$ 650,00.
- (C) R\$ 655,50.
- (D) R\$ 680,50.
- (E) R\$ 645,50.

25

Para duas variáveis populacionais, X e Y, o desvio-padrão de X é 40, o desvio-padrão de Y é 20 e a covariância entre Y e X é -100. Assim, o coeficiente de correlação entre X e Y é

- (A) -0,25.
- (B) 0,125.
- (C) -0,125.
- (D) 2.
- (E) -0,5.

26

Quantas combinações existem para determinar o primeiro e o segundo lugares de um concurso com 10 pessoas? (O primeiro e o segundo lugares não podem ser a mesma pessoa).

- (A) 18.000.
- (B) 90.
- (C) 680.
- (D) 18.000.
- (E) 19.

27

Ano	A	B
1	60.000	X
4	65.000	78.000
7	100.000	50.000

A tabela acima indica dois fluxos de caixa. Sabendo-se que a taxa é de 10% ao ano, juros simples, o valor de X que torna os dois fluxos de caixa equivalentes é

- (A) 67.500.
- (B) 88.500.
- (C) 76.575.
- (D) 78.500.
- (E) 81.250.

28

Assuma que uma distribuição de Bernoulli tenha dois possíveis resultados $n=0$ e $n=1$, no qual $n=1$ (sucesso) ocorre com probabilidade p , e $n=0$ (falha) ocorre com probabilidade $q=1-p$. Sendo $0 < p < 1$, a função densidade de probabilidade é

- (A) $P(n) = e^{npq}$
- (B) $P(n) = \begin{cases} 0 & \text{para } p = 1 \\ 1 & \text{para } (1-p) = q = 1 \end{cases}$
- (C) $P(n) = \begin{cases} q & \text{para } n = 1 \\ p & \text{para } n = 0 \end{cases}$
- (D) $P(n) = p^n (1-p)^{1-n}$
- (E) $P(n) = \int p^{nq} (1-p)^{(1-n)q}$

29

Um indivíduo faz um financiamento no valor de R\$ 50.000, com entrada de 40% e restante a ser pago em 30 prestações mensais e sucessivas, com a primeira a ser paga ao final de 30 dias, no Sistema de Amortização Constante (SAC). Sabendo que a taxa de juros, no regime de juros compostos, é de 2% ao mês, o valor da oitava parcela é

- (A) R\$ 2.680,00.
- (B) R\$ 2.240,00.
- (C) R\$ 1.680,00.
- (D) R\$ 1.520,00.
- (E) R\$ 1.460,00.

30

Um indivíduo possui um título cujo valor presente é de R\$ 100.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros é de 10,25% ao ano, juros compostos, o fluxo de pagamentos semestral perpétuo equivalente ao valor presente do título é

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 5.000,00.
- (C) R\$ 10.250,00.
- (D) R\$ 4.878,00.
- (E) R\$ 6.287,00.

31

A tabela abaixo mostra os valores de duas variáveis, X e Y.

X	Y
4	4.5
4	5
3	5
2	5.5

Sabe-se que:

$$\begin{aligned}\Sigma X &= 13 \\ \Sigma Y &= 20 \\ \Sigma XY &= 64 \\ \Sigma X^2 &= 45 \\ (\Sigma X)^2 &= 169\end{aligned}$$

O valor de b na regressão simples $Y = a + bX$ é

- (A) $-4/11$.
- (B) $-4/17$.
- (C) $-11/65$.
- (D) $-3/8$.
- (E) $11/5$.

32

A respeito das técnicas de amostragem probabilística, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) na amostragem por conglomerado a população é dividida em diferentes grupos, extraindo-se uma amostra apenas dos conglomerados selecionados.
- (B) na amostragem por voluntários a população é selecionada de forma a estratificar aleatoriamente os grupos selecionados.
- (C) na amostragem sistemática os elementos da população se apresentam ordenados, e a retirada dos elementos da amostra é feita periodicamente.
- (D) na amostragem aleatória simples se sorteia um elemento da população, sendo que todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados.
- (E) na amostragem estratificada, se a população pode ser dividida em subgrupos que consistem em indivíduos bastante semelhantes entre si, pode-se obter uma amostra aleatória em cada grupo.

33

O valor do desconto racional composto de um título cujo valor nominal é R\$ 25.000,00, se o prazo de vencimento é de 2 anos e a taxa de desconto é de 25% ao ano, é

- (A) R\$ 9.000,00.
- (B) R\$ 7.247,50.
- (C) R\$ 7.500,00.
- (D) R\$ 5.875,50.
- (E) R\$ 6.500,00.

34

Em uma repartição, foi tomada uma amostra do número de filhos de 4 funcionários. O resultado foi {2, 1, 4, 2}. A média geométrica simples dessa amostra é

- (A) 2.
- (B) 2,25.
- (C) 1,75.
- (D) 2,5.
- (E) 2,4.

35

Um título com valor de R\$ 15.000,00 a vencer em 4 meses é descontado no regime de juros simples a uma taxa de desconto "por fora" de 6,25% ao mês. O valor presente do título é igual a

- (A) R\$ 11.250.
- (B) R\$ 11.769.
- (C) R\$ 10.850.
- (D) R\$ 9.750.
- (E) R\$ 12.000.

36

O número de anos para que um capital quadruplique de valor, a uma taxa de 5% ao mês, juros simples, é de

- (A) 6,00.
- (B) 4,50.
- (C) 7,50.
- (D) 3,80.
- (E) 5,00.

37

Um indivíduo deixa de pagar um título no valor de R\$ 2.000,00, atrasando o pagamento em três meses. A taxa de juros, juros simples, é de 35% ao ano. Ao pagar o título, seu valor é

- (A) R\$ 2.175,00.
- (B) R\$ 2.250,00.
- (C) R\$ 2.325,00.
- (D) R\$ 4.100,00.
- (E) R\$ 2.155,00.

38

Um processo X segue uma distribuição normal, com média 15 e desvio-padrão (σ) 2, ou seja, $X \sim N(15, 2^2)$. Sobre uma amostra de tamanho 36 (\bar{X}), analise as afirmativas a seguir:

- I. Dado que X é normal, \bar{X} também é normal.
- II. A média amostral $\mu(\bar{X})$ difere da população pelo fator $\mu(\bar{X}) = \mu_x / \sqrt{n}$, no qual μ_x é a média populacional e n o número de observações na amostra.
- III. \bar{X} apresenta desvio-padrão de 1/3.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

39

A respeito do Sistema de Amortização Francês, é correto afirmar que

- (A) os juros de cada parcela são constantes.
- (B) as parcelas a serem pagas têm valor crescente.
- (C) o cálculo da prestação é dado pela divisão do montante pelo número de prestações.
- (D) as parcelas a serem pagas têm valor decrescente.
- (E) o montante amortizado é crescente.

Tabela para a questão 40

MESES/ TAXAS	1	2	3	4	5	6	7
1%	0,990099	0,980296	0,97059	0,96098	0,951466	0,942045	0,932718
2%	0,980392	0,961169	0,942322	0,923845	0,905731	0,887971	0,87056
3%	0,970874	0,942596	0,915142	0,888487	0,862609	0,837484	0,813092
4%	0,961538	0,924556	0,888996	0,854804	0,821927	0,790315	0,759918
5%	0,952381	0,907029	0,863838	0,822702	0,783526	0,746215	0,710681
6%	0,943396	0,889996	0,839619	0,792094	0,747258	0,704961	0,665057
7%	0,934579	0,873439	0,816298	0,762895	0,712986	0,666342	0,62275
8%	0,925926	0,857339	0,793832	0,73503	0,680583	0,63017	0,58349

40

A tabela acima representa uma tabela de fatores para o cálculo do Valor Presente sob o regime de juros compostos, sendo as linhas as diferentes taxas e as colunas os diferentes períodos (meses). Utilizando-se a tabela, o Valor Presente (descontando-se os centavos) de um título cujo valor nominal é de R\$ 3.500,00 com prazo de vencimento de 6 meses, a uma taxa de 4% ao mês, é

- (A) R\$ 2.772,00.
- (B) R\$ 2.991,00.
- (C) R\$ 3.301,00.
- (D) R\$ 2.766,00.
- (E) R\$ 2.467,00.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

41

A respeito das curvas de custos das firmas, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) no curto prazo, uma firma deve continuar operando mesmo que a receita total seja inferior ao custo total.
- (B) a curva de custo marginal intercepta a curva de custo médio em seu ponto de mínimo.
- (C) em um monopólio natural a curva de custo marginal está abaixo da curva de custo médio no ponto de produção.
- (D) uma firma deve sair do mercado quando a receita total é inferior ao custo médio.
- (E) a curva de custo fixo médio é decrescente com a quantidade.

42

A respeito do orçamento do governo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A elevação da alíquota não garante uma maior arrecadação.
- (B) Os governos somente podem se financiar com impostos e dívida.
- (C) A diferença entre o déficit nominal e o déficit operacional é a correção monetária e cambial da dívida.
- (D) O déficit do governo pode ser medido pela variação do endividamento.
- (E) O superávit primário é igual à receita não financeira do governo menos a despesa não financeira do governo.

43

A inflação acumulada nos últimos doze meses encontra-se no mês de abril de 2011 acima da meta de inflação adotada no país. Para trazer de volta a inflação para a meta, a melhor combinação de políticas monetária e fiscal é, respectivamente,

- (A) redução dos gastos do governo e elevação da Selic.
- (B) redução da Selic e dos gastos do governo.
- (C) elevação da Selic e contração dos gastos do governo.
- (D) elevação da Selic e dos gastos do governo.
- (E) redução dos gastos do governo e da Selic.

44

De acordo com a teoria quantitativa da moeda, uma elevação da quantidade de moeda somente

- (A) reduz o desemprego.
- (B) eleva o produto nominal.
- (C) incentiva o investimento.
- (D) reduz os gastos do governo.
- (E) eleva o produto real.

45

Seja uma economia hipotética caracterizada pelas seguintes equações:

- Consumo das famílias: $C = 40 + 0,9 Y$
- Gastos do governo: 0
- Investimento: 30
- Exportações Líquidas: $X - M = 30 - 0,1 Y$

Com base nos dados acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O PIB dessa economia é igual a \$ 500.
- II. O consumo das famílias é igual a \$ 490.
- III. As exportações líquidas são iguais a \$ -20.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (D) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (E) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.

46

Um determinado país envia renda no valor de \$ 2.000 para o exterior e recebe rendas no valor de \$ 3.000.

Com base na informação acima, é correto afirmar que

- (A) $PIB < PNB$.
- (B) $PIB = PNB$.
- (C) $PNL > PNB$.
- (D) $PIB > PNB$.
- (E) $PIB < PNL$.

47

Seja a curva de oferta do mercado de milho dada por $Q_s = 10 + 100p$ e a curva de demanda do mercado de milho dada por $Q_d = 120 - 10p$. Com base nas curvas de oferta e demanda, analise as afirmativas a seguir:

- I. O preço de equilíbrio no mercado de milho é \$10.
- II. A quantidade de equilíbrio de milho é de 110.
- III. O excedente do produtor é igual a \$155.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (C) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (D) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.

48

A respeito do multiplicador bancário, é correto afirmar que

- (A) aumenta quando se reduz a fração dos depósitos e aumenta o redesconto.
- (B) aumenta quando reduz a fração dos depósitos e das reservas compulsórias.
- (C) não é afetado pelas reservas voluntárias.
- (D) reduz quando reduz a fração dos depósitos e das reservas compulsórias.
- (E) aumenta quando aumenta a fração dos depósitos e reduz-se o redesconto.

49

O país Z possui uma economia com três setores: trigo, farinha e pão, que pode ser descrita da seguinte forma:

	Trigo	Farinha	Pão
Insumos	\$0	\$1.000	\$1.000
Valor Bruto da Produção	\$1.000	\$1.500	\$2.000

Adicionalmente, as contas nacionais mostram que o total pago em salários é de \$ 1.500, e o pagamento de juros é de \$ 300.

Com base nos dados acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O PIB dessa economia é de \$ 2.000.
- II. O valor agregado do setor de farinha é de \$ 500.
- III. O total pago com aluguéis não excede a \$ 700.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

50

A crise mundial de 2008 atingiu a economia brasileira no último trimestre do mesmo ano, causando uma queda de produto de 2,7% em relação ao trimestre anterior. Nessa situação, qual combinação de política monetária e fiscal deve ser adotada?

- (A) Política monetária expansionista com redução da Selic e fiscal expansionista com elevação dos gastos do governo.
- (B) Política monetária expansionista com redução da Selic e fiscal contracionista com redução do IPI.
- (C) Política monetária expansionista com redução da Selic e fiscal contracionista com redução do IPI.
- (D) Política monetária contracionista com redução da Selic e fiscal contracionista com redução do IPI.
- (E) Política monetária expansionista com elevação das reservas compulsórias e fiscal expansionista com redução do IPI.

51

A economia do país Z possui as seguintes curvas de demanda e oferta por soja:

- I. curva de demanda por soja: $q=100-p$;
- II. curva de oferta por soja: $q=10+2p$.

O país Z introduz um imposto de Z\$ 3 por unidade, cobrado do consumidor.

Com esse imposto,

- (A) o bem-estar total cai em 20 unidades.
- (B) o consumidor paga Z\$ 1 do imposto.
- (C) a quantidade ofertada iguala a quantidade demandada em 70 unidades.
- (D) o governo arrecada Z\$ 204.
- (E) o imposto só afeta o consumidor.

52

A respeito dos diferentes ambientes de concorrência, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Em concorrência perfeita, as firmas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que igualam receita marginal e custo marginal.
- II. Em concorrência perfeita, as firmas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que igualam preço e custo marginal.
- III. As firmas que operam em um ambiente de competição monopolística obtêm lucros extraordinários.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (B) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (E) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.

53

As recentes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro reduziram a produção de verduras. Ao mesmo tempo, o governo realiza uma campanha para divulgar os benefícios de uma alimentação rica em verduras.

Com base nesses dois eventos, a respeito do preço e da quantidade de equilíbrio no mercado de verduras, é correto afirmar que

- (A) não é possível determinar o que ocorre com o preço e a quantidade com as informações do enunciado.
- (B) a quantidade diminuirá, e não é possível determinar o que ocorre com o preço.
- (C) o preço aumentará, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (D) o preço diminuirá, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (E) a quantidade aumentará, e não é possível determinar o que ocorre com o preço.

54

Suponha uma economia em que as preferências dos agentes sejam relacionadas aos bens A e B. A respeito dessas curvas de indiferença **NÃO** é correto afirmar que

- (A) as curvas de indiferença são negativamente inclinadas indicando o *trade-off* entre os bens A e B.
- (B) curvas mais próximas da origem representam curvas menos preferíveis em relação às curvas mais distantes.
- (C) curvas de indiferença lineares indicam uma mesma taxa marginal de substituição entre os bens A e B.
- (D) as curvas de indiferença nunca se cruzam.
- (E) curvas de indiferença côncavas indicam uma preferência dos consumidores com relação à variedade.

55

A respeito do sistema tributário nacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. O ICMS é o principal imposto estadual.
 - II. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é um instrumento pelo qual os estados transferem recursos arrecadados com o ICMS entre si.
 - III. Uma possível volta da CPMF torna o sistema tributário mais eficiente, pois reduz a incidência do efeito cascata.
- Assinale
- (A) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
 - (B) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
 - (C) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
 - (D) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
 - (E) se apenas a afirmativa I for verdadeira.

56

A economia de um país fechado possui as seguintes curvas de oferta e demanda por tonelada de trigo: $q_s = 20 + p$ e $q_d = 100 - 3p$, respectivamente.

Caso o preço internacional da soja seja de \$ 25 por tonelada, é correto afirmar que

- (A) a quantidade demandada aumenta em 10 toneladas.
- (B) a quantidade ofertada iguala a quantidade demandada em 40 unidades toneladas.
- (C) caso ocorra uma abertura comercial, o bem-estar cai em 50.
- (D) caso ocorra uma abertura comercial, o bem-estar aumenta em 50.
- (E) a quantidade produzida aumenta em 10 toneladas.

57

Uma firma possui a seguinte função de produção: $Q = XY$. O custo total da firma é dado pela função $10X + 20Y + 200$. Em um ambiente em que a firma minimiza os seus custos para produzir 200 unidades, o custo mínimo é de

- (A) 500.
- (B) 400.
- (C) 600.
- (D) 700.
- (E) 300.

58

Um monopolista observa a seguinte curva de demanda em seu mercado: $Q_d = 100 - p$. O custo total de produção do monopolista possui o seguinte formato:

$$CT = 10 + 20Q + Q^2.$$

Com base nos dados acima, é correto afirmar que

- (A) a quantidade que maximiza o lucro do monopolista é 10.
- (B) a quantidade que maximiza o lucro do monopolista é 25.
- (C) o custo total de produção é igual a \$ 800.
- (D) o preço que maximiza o lucro do monopolista é \$ 70.
- (E) o lucro máximo obtido pelo monopolista é \$ 790.

59

Um agente com renda de \$ 100 possui preferência com respeito aos bens A e B dada pela seguinte função utilizada:

$$U(A, B) = A^{0,25} B^{0,75}.$$

O preço do bem A é $P_A = 1$ e do bem B, $P_B = 3$. Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o agente demanda 75 unidades do bem A e 25 unidades do bem B.
- (B) a utilidade máxima do agente é 25.
- (C) no ponto ótimo de consumo o agente poupa \$25.
- (D) no ponto ótimo o agente consome 50 unidades de cada bem.
- (E) o agente demanda 25 unidades do bem A e 75 unidades do bem B.

60

A respeito do sistema de tributação, analise as afirmativas a seguir:

- I. Um sistema eficiente nem sempre é equitativo.
- II. Em termos de eficiência econômica, é mais eficiente em um sistema tributário elevar a cobrança de impostos sobre produtos com baixa elasticidade do que sobre produtos com elevada elasticidade.
- III. A utilização de impostos sobre valor agregado introduz o efeito cascata, que eleva a eficiência.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (D) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (E) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.

61

Acerca do orçamento público, assinale a alternativa correta.

- (A) O ciclo orçamentário é de um ano, abrangendo as etapas de elaboração do orçamento, execução e controle.
- (B) As receitas de aplicações financeiras (patrimoniais) são classificadas como de capital, já que derivam da aplicação do capital público.
- (C) A execução orçamentária independe da execução financeira.
- (D) O exercício financeiro terá a duração de um ano e coincidirá com o ano civil, salvo nos casos em que houver créditos adicionais. Nessa situação, o exercício financeiro será estendido e poderá ultrapassar o prazo de um ano.
- (E) As transferências (feitas) de capital são classificadas como despesas de capital.

62

No que tange à administração e desenvolvimento de sistemas, o gerenciamento de riscos está sendo considerado, cada vez mais, como uma das principais atividades dos gerentes de projeto. Nesse contexto, existem três categorias de risco, descritas a seguir e que afetam:

- I. a qualidade ou o desempenho do software que está sendo desenvolvido;
- II. a organização que desenvolve ou adquire o software;
- III. o cronograma ou os recursos destinados ao projeto.

Essas categorias I, II e III são conhecidas, respectivamente, como riscos de

- (A) negócio, implementação e produto.
- (B) processo, projeto e implementação.
- (C) produto, negócio e projeto.
- (D) implementação, processo e validação.
- (E) validação, produto e negócio.

63

No contexto dos sistemas operacionais Windows, os mais modernos operam com base em um recurso, baseado em dois aspectos, descritos a seguir:

- I. É fornecido um tempo às aplicações em execução, sendo o controle da CPU feito pelo próprio sistema operacional. Dessa forma, independentemente do fato de uma dada aplicação ter ou não terminado o que estava fazendo, esgotado seu *time slice*, o sistema operacional retoma o controle da CPU e o repassa para o próximo da fila.

- II. Cada aplicação “roda” em um espaço próprio, de modo que, em caso de problemas, a aplicação em pane é finalizada, permanecendo as demais ativas em execução.

Esse recurso é conhecido por

- (A) Multiprogramação com Swapping.
- (B) Multitarefa Preemptiva.
- (C) Segmentação Paginada.
- (D) Escalonamento Round Robin.
- (E) Multiprocessamento Particionado.

64

No que se refere à análise dos negócios e às aplicações empresarias, poucos conceitos revolucionaram tão profundamente os negócios como o *e-commerce*. A seguir, são descritas três formas básicas das modalidades desse comércio.

- I. Venda eletrônica de bens e serviços entre clientes como em leilões via Web, por exemplo.

- II. Venda de produtos e serviços no varejo diretamente a consumidores individuais via lojas virtuais e catálogos multimídia, por exemplo.

- III. Venda de bens e serviços entre empresas e instituições do mercado de consumo via intercâmbio eletrônico de dados, por exemplo.

Essas modalidades são conhecidas, respectivamente, por

- (A) C2C (consumidor a consumidor), B2C (empresa a consumidor) e B2B (empresa a empresa).
- (B) B2G (empresa a governo), G2G (governo a governo) e G2B (governo a empresa).
- (C) B2C (empresa a consumidor), G2B (governo a empresa) e C2C (consumidor a consumidor).
- (D) G2G (governo a governo), C2C (consumidor a consumidor) e B2C (empresa a consumidor).
- (E) B2B (empresa a empresa), B2G (empresa a governo) e G2G (governo a governo).

65

No que diz respeito às mudanças na tecnologia da informação e o impacto nas organizações, os processos gerenciais são traduzidos para os sistemas de informação para melhorar tanto o controle interno da empresa como o seu tempo de resposta a todas as flutuações de mercado, permitindo uma tomada de decisão mais eficaz. No contexto dos processos gerenciais, os sistemas podem ser classificados de acordo com o problema organizacional que ajudam a resolver. Assim, dois tipos desses sistemas são descritos e exemplificados a seguir:

- I. Usados para controlar ou medir os planejamentos operacionais da empresa e definir as metas a serem cumpridas. Exemplo: planejamento de recursos da produção.

- II. Aumentam a produtividade das tarefas dos profissionais de todos os departamentos que manipulam e introduzem as informações no sistema, sendo utilizados no desenvolvimento das tarefas diárias da empresa. Exemplo: sistemas de compra/venda.

Os sistemas descritos são conhecidos, respectivamente, como

- (A) Especialistas e Legados.
- (B) Operacionais e Estratégicos.
- (C) Legados e Táticos.
- (D) Táticos e Operacionais.
- (E) Estratégicos e Especialistas.

Um Fiscal de Rendas criou a planilha abaixo no Excel 2007 BR.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1		Secretaria de Fazenda - 2011 - Licitação Informática									
2											
3											
4	Item	Descrição	Qtd	FORNECEDOR			COTAÇÃO			VALOR	FORNECEDOR
5	1	NETBOOK	5	FR1	FR2	FR3	MAIOR	MÉDIA	MENOR	R\$	VENCEDOR
6	2	NOTEBOOK	7	R\$ 1.200,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.300,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	R\$ 7.700,00	FR3
7	3	HP MULTIFUNCIONAL LASER	3	R\$ 300,00	R\$ 375,00	R\$ 320,00	R\$ 375,00	R\$ 331,67	R\$ 300,00	R\$ 900,00	FR1
8	4	HD 500 GB	10	R\$ 200,00	R\$ 140,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00	R\$ 163,33	R\$ 140,00	R\$ 1.400,00	FR2
9				VALOR TOTAL :						R\$ 12.950,00	

Foram realizados, para os produtos especificados, os procedimentos a seguir descritos:

I. De G5 a G8, foram inseridas expressões que determinam o maior valor dentre as três cotações dos fornecedores.

II. De H5 a H8, foram inseridas expressões que determinam a média aritmética dentre as três cotações dos fornecedores.

III. De I5 a I8, foram inseridas expressões que determinam o menor valor dentre as três cotações dos fornecedores.

IV. De J5 a J8, foram inseridas expressões que determinam o valor total que multiplica a quantidade pelo menor valor apurado.

V. O valor inserido em J9 representa o valor total da licitação, resultado da soma entre todas as células de J5 a J8.

VI. Nas células de K5 a K8 foram inseridas expressões que determinam o fornecedor que venceu a licitação, no produto indicado.

Nessas condições, as expressões inseridas em I6 e K7 são, respectivamente,

- (A) =MÍNIMO(D6:F6) e
=SE(I7=D7;"FR1";SE(I7=E7;"FR2";"FR3"))
- (B) =MENOR(D6:F6) e
=SE(I7=D7;"FR3";SE(I7=E7;"FR1";"FR2"))
- (C) =MENOR(D6:F6) e
=SE(I7=D7;"FR1";SE(I7=E7?"FR2"."FR3"))
- (D) =MÍNIMO(D6:F6) e
=SE(I7=D7;"FR3";SE(I7=E7?"FR1"."FR2"))
- (E) =MÍNIMO(D6:F6) e
=SE(I7=D7;"FR2";SE(I7=E7;"FR3";"FR1"))

67

Segurança da Informação é um tema que se reveste atualmente de alta importância para os negócios. Um de seus aspectos mais relevantes está associado à capacidade do sistema de permitir que alguns usuários acessem determinadas informações e paralelamente impede que outros, não autorizados, a vejam. O aspecto abordado é denominado

- (A) Confidencialidade.
(B) Vulnerabilidade.
(C) Integridade.
(D) Disponibilidade.
(E) Privacidade.

68

No que diz respeito à receita pública, é correto afirmar que

- (A) esse ato, definido no Código Tributário Nacional – CTN, consiste na identificação do sujeito ativo e do objeto, somente. Na prática, ocorre, por exemplo, quando o Secretário de Fazenda inscreve (lança no sistema) a dívida de IPTU de um determinado contribuinte proprietário de imóvel em área urbana. É preciso destacar que essa modalidade de lançamento, anterior ao pagamento do tributo, é conhecida como “de ofício”. As outras são: “por declaração”, quando o contribuinte informa ao Poder Público a situação passível de tributação, sendo conferida posteriormente pelos agentes fiscais (IR, por exemplo), e “por homologação”, quando a autoridade fazendária reconhece o pagamento do tributo (ISS ou ICMS), verifica as condições da operação e ratifica sua legalidade e exatidão. Assim, conforme se pôde verificar, nem sempre o lançamento ocorrerá antes da arrecadação do tributo, próximo estágio.
- (B) as receitas patrimoniais são exemplos de receitas derivadas.
- (C) a previsão do que será arrecadado no próximo ano é feita com base em cálculos que consideram as receitas arrecadadas nos últimos exercícios e a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta, ajustando-se o valor encontrado em função do cenário econômico projetado. Vale ressaltar que o Poder Executivo (detentor da iniciativa no processo orçamentário) deve disponibilizar a memória de cálculo para os outros Poderes (Legislativo, Judiciário e MP), nos termos da LRF, a fim de que eles possam apreciá-la e, se for o caso, contestá-la, antes do envio das suas respectivas propostas orçamentárias pelo Poder Executivo.
- (D) a arrecadação se dá quando o contribuinte vai até a rede bancária e faz o pagamento do carnê-leão, da guia do IPTU ou da Previdência Social. Esse estágio não configura a realização da receita, nos termos da Lei 4.320/1964. A partir daí, ainda não é possível contar com os recursos, em função do princípio orçamentário da indisponibilidade dos recursos, previsto na CRFB/88.
- (E) quanto à afetação e à competência, as receitas podem ser classificadas em correntes ou de capital.

69

Para que um sistema de informação possa ser útil e confiável, deve ser fundamentado na modelagem de dados, para posterior análise do processo. A modelagem de dados se baseia nos seguintes elementos:

- (A) fluxos de dados, atributos e requisitos.
(B) objetos de dados, atributos e relacionamentos.
(C) objetos de dados, diagramas e componentes.
(D) fluxos de dados, diagramas e requisitos.
(E) classes de dados, métodos e componentes.

A respeito de estratégia organizacional, indicadores e qualidade, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) A efetividade ressalta o impacto, a medida em que o resultado almejado (e concretizado) mudou determinado panorama, cenário. Considerando a construção de escolas e o incremento no número de professores contratados, a efetividade evidenciará, por exemplo, de que maneira isso contribuiu para a redução do índice de analfabetismo (impacto). Nesse sentido, há autores que defendem que a efetividade decorre do alcance da eficácia e da eficiência, simultaneamente. Numa outra acepção, pode ser entendida, também, como satisfação do usuário. Na “ponta da linha”, a efetividade ocorre quando um produto ou serviço foi percebido pelo usuário como satisfatório.
- (B) Não raro, as pessoas confundem os termos eficiência, eficácia e efetividade. A eficácia consiste em fazer a coisa certa (não necessariamente da maneira certa). Assim, está relacionada ao grau de atingimento do objetivo. Se desejamos fazer algo (ser aprovados em um concurso público, por exemplo) e logramos êxito nesse projeto, somos eficazes. Dessa forma, evidencia o cumprimento da missão, chegar ao resultado desejado.
- (C) Existem três estratégias genéricas para tornar uma empresa mais competitiva: a diferenciação, a liderança de custo e a focalização. A Diferenciação é uma estratégia que procura tornar uma organização mais competitiva por meio do desenvolvimento de um produto que o cliente perceba como diferente dos demais produtos oferecidos pelos concorrentes. A Liderança de custo é uma estratégia que focaliza tornar uma organização mais competitiva por meio de produtos mais baratos do que os dos concorrentes. A Focalização (ou enfoque) é uma estratégia que procura tornar uma organização mais competitiva por concentrar-se em um particular e específico consumidor.
- (D) O *benchmarking* visa desenvolver a habilidade dos administradores de visualizar no mercado as melhores práticas administrativas das empresas consideradas excelentes (*benchmarks*) em certos aspectos, comparar as mesmas técnicas vigentes na empresa, focalizar, avaliar a situação e identificar as oportunidades de mudanças dentro da organização. A meta é definir objetivos de gestão e legitimá-los por meio de comparações externas. Uma das principais barreiras à adoção do *benchmarking* reside em convencer os administradores de que seus desempenhos podem ser melhorados e excedidos. Isso requer uma paciente abordagem e apresentação de evidências de melhores métodos utilizados por outras organizações. Por isso, não requer consenso e comprometimento das pessoas.
- (E) O conceito de eficiência relaciona-se com a maneira pela qual fazemos a coisa. É o como fazemos, o caminho, o método. No projeto de aprovação em um certame, se escolhermos corretamente o melhor

material, a melhor equipe docente e estudarmos de forma proativa, provavelmente seremos aprovados em menos tempo. Aí está a eficiência: a economia de meios, o menor consumo de recursos dado um determinado grau de eficácia. Alguns autores associam o conceito de eficiência ao de economicidade, como sinônimos. Apesar de, em sentido *lato*, não haver diferenças, normalmente a economicidade está ligada ao menor consumo de recursos monetários (gastar-se menos). Em uma licitação, por exemplo, a evidência do cumprimento do princípio da economicidade previsto na Constituição da República se dá com a obtenção do menor preço na contratação de determinado produto ou serviço previamente determinado.

71

Uma equipe bem-sucedida requer habilidades especiais que devem ser inter-relacionadas, mutuamente reforçadas e interdependentes entre si. A articulação dessas habilidades pode ajudar uma equipe a definir melhor o que ela deve e como fazer. Clock e Goldsmith propõem habilidades que os membros de uma equipe devem desenvolver, corretamente listadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) *Habilidade de autogerenciamento*: a equipe deve, em conjunto, ultrapassar obstáculos por meio da construção de um senso de propriedade, responsabilidade, compromisso e eficiência de cada membro, encorajando a total participação e autocrítica para melhorar incessantemente as condições de trabalho.
- (B) *Habilidade de comunicação*: a equipe deve trabalhar colaborativamente para comunicar aberta e honestamente, ouvir ativamente para obter sinergia.
- (C) *Habilidade de responsabilidade*: cada membro da equipe é responsável somente pelo seu trabalho. A responsabilidade não é compartilhada com os demais.
- (D) *Habilidade de apoio à diversidade*: quanto mais diversificada a equipe tanto maior sua capacidade de responder a novos problemas e apresentar novas soluções. Novas ideias proporcionam diferentes opiniões que enriquecem o trabalho da equipe. Estereótipos e preconceitos devem ser eliminados.
- (E) *Habilidade de liderança*: a equipe deve criar oportunidades para que cada participante sirva como líder. Para tanto, cada membro deve aprender a organizar, colaborar, planejar, facilitar, relacionar e servir como *coach* e *mentor*.

72

A respeito de liderança organizacional e gestão da mudança, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O processo de mudança ocorre dentro de um campo de forças que atuam dinamicamente em vários sentidos. De um lado, existem forças positivas de apoio e suporte à mudança e, de outro, forças negativas de oposição e resistência à mudança. Nas organizações, existe uma balança dinâmica de forças positivas que apoiam e impulsionam a mudança de forças negativas que a restringem e a impedem.
- (B) Liderança é a influência interpessoal exercida numa situação e dirigida por meio do processo de comunicação humana à consecução de um ou diversos objetivos específicos. É dada em função das necessidades existentes em uma determinada situação e consiste numa relação entre um indivíduo e um grupo. O líder (natural) corresponde ao indivíduo percebido pelo grupo como possuidor dos meios para a satisfação de suas necessidades (do grupo). Por esse motivo, deve ser exercida sempre por indivíduos tecnicamente preparados, do ponto de vista acadêmico.
- (C) A Liderança acontece em uma determinada situação. Ocorre em uma dada estrutura social decorrente da distribuição de autoridade de tomar decisões. O grau em que uma pessoa demonstra qualidades de liderança depende não somente de suas próprias características individuais, mas também das características da situação na qual se encontra.
- (D) A mudança é um aspecto essencial da criatividade e inovação nas organizações de hoje. A mudança está em toda parte: nas organizações, nas pessoas, nos clientes, nos produtos e serviços, na tecnologia, no tempo, no clima... A mudança representa uma das principais características dos tempos modernos. A mudança significa a passagem de um estado para outro diferente. A mudança envolve transformação, interrupção, perturbação, ruptura, dependendo de sua intensidade. Ela constitui um processo composto de três etapas: descongelamento, mudança e recongelamento.
- (E) A resistência nem sempre aparece de maneira uniformizada, podendo ser aberta, implícita, imediata ou protelada. Quando a resistência é aberta ou imediata torna-se mais fácil, para os administradores, enfrentá-las; ao contrário de quando ela é implícita ou protelada, pois são mais sutis, como, por exemplo, a perda de lealdade à organização e perda de motivação para o trabalho, mais difíceis de serem identificadas.

73

O planejamento é considerado por parte da doutrina como a primeira e mais importante das funções administrativas, comportando abordagens estratégicas, táticas e operacionais. Uma organização que planeja tem vantagem competitiva em relação a outras. Dentre essas vantagens, é possível destacar as abaixo relacionadas, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Administração do tempo: o planejamento melhora a administração do tempo. É difícil balancear o tempo disponível para atender às responsabilidades e aproveitar as oportunidades pela frente. Cada dia o administrador é bombardeado por uma multiplicidade de tarefas e demandas em um conjunto de frequentes interrupções, crises e eventos inesperados.
- (B) Reduzir riscos: a organização que planeja procura antecipar-se às mudanças em seus sistemas internos e no ambiente, como forma de garantir sua sobrevivência e eficácia.
- (C) Foco e flexibilidade: o planejamento permite aumentar o foco e a flexibilidade. Uma organização com foco conhece o que ela faz de melhor, conhece as necessidades de seus clientes e conhece como servi-las bem. Uma organização com flexibilidade opera dinamicamente e com senso de futuro. Ela é ágil e rápida, podendo mudar ou antecipar-se a problemas ou oportunidades.
- (D) Melhorar o controle: o controle administrativo envolve medição e avaliação dos resultados do desempenho e a tomada de ação corretiva para melhorar as coisas quando necessário.
- (E) Garantia de desempenho: as entidades que operam com planejamento formal certamente terão desempenho melhor que seus concorrentes. O planejamento elaborado de forma pontual e específica, em data predeterminada no exercício, revela as tendências mais modernas de gestão. Nesse caso, não se recomenda a revisão do planejamento. Uma vez elaborado, deverá ser seguido de forma estrita.

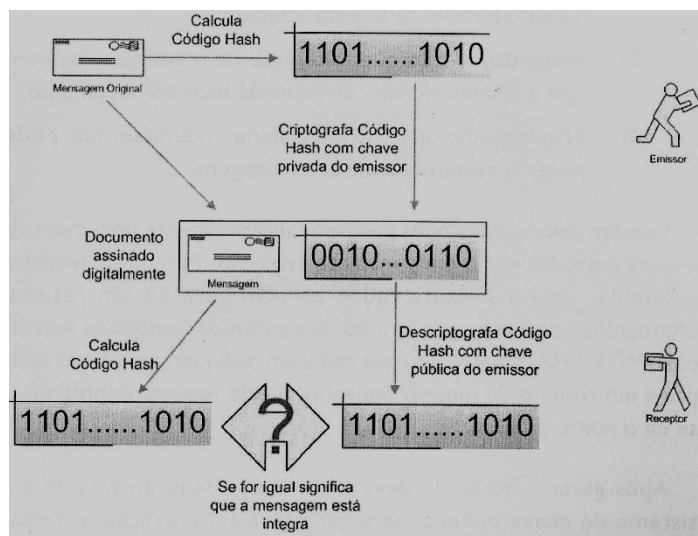
74

Quanto à utilização de tecnologias na gestão da informação, as empresas podem obter vantagens competitivas que trazem um diferencial às empresas. Assim, ultimamente tem ocorrido a implementação de Extranets, cujo valor comercial decorre de vários fatores. No que diz respeito aos negócios de uma empresa, assinale a grande vantagem de seu uso.

- (A) Proporciona o desenvolvimento de ferramentas CASE para uso nos sistemas de informação.
- (B) Incentiva a utilização da tecnologia computação em nuvem na interatividade com clientes.
- (C) Permite o uso mais eficiente dos dados na troca de informações com consumidores.
- (D) Oferece melhor gestão das informações por meio das redes sociais via redes wireless.
- (E) Possibilita construir e fortalecer relações estratégicas com os clientes e fornecedores.

75

No que diz respeito aos sistemas da informação, observe a figura abaixo, que ilustra um método empregado na segurança dos dados, em redes e na internet.



Esse método envolve os seguintes passos:

I. Geração de um resumo criptográfico da mensagem por meio de algoritmos complexos, denominado *hash*, que reduz o tamanho.

II. Em seguida, o código deve ser criptografado por meio de um sistema de chave pública, para garantir a autenticação e não repúdio.

III. O autor da mensagem deve usar sua chave privada para assinar a mensagem e armazenar o *hash* criptografado junto à mensagem original.

IV. Para verificar a autenticidade do documento, deve ser gerado novo resumo a partir da mensagem que está armazenada, e feita uma comparação entre esse novo resumo com o recebido. Para isso, é necessário descriptografar o *hash* original; se for igual ao original, a mensagem está íntegra.

O método descrito é conhecido por

- (A) criptografia simétrica.
- (B) assinatura digital.
- (C) estenografia reversa.
- (D) certificado digital.
- (E) criptografia assimétrica.

76

Business Intelligence – BI engloba um conjunto de ferramentas e aplicativos que oferece aos tomadores de decisão possibilidade de organizar, analisar, distribuir e agir, ajudando a organização a tomar decisões melhores e mais dinâmicas. Além das ferramentas de modelagem analítica e de previsões, outras três principais utilizadas em BI são

- (A) Database, E-commerce e Outsourcing.
- (B) Benchmark, Drill Through e Walkthrough.
- (C) E-Learning, ERP e Data Marts.
- (D) Data Warehouse, Olap e Data Mining.
- (E) E-business, Drill Up e Downsizing.

77

A base fundamental do trabalho de cada executivo está na equipe. Ela constitui a sua unidade de ação, a sua ferramenta de trabalho. Com ela, o executivo alcança metas e produz resultados. Para tanto, ele precisa saber como escolher sua equipe, como desenhar o trabalho para aplicar as competências dela, como treinar e preparar a equipe para aumentar sua excelência, como liderar e impulsionar a equipe, como motivá-la, como avaliar o seu desempenho para melhorá-lo cada vez mais e como recompensá-la para reforçar e reconhecer seu valor. Essa é a sua praia. Trabalhar com a equipe passa a ser a atividade principal do executivo como gestor de pessoas. Mas lidar com equipes exige cuidados especiais. Há uma variedade de tipos de equipes, conforme descrito nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) *Equipes de melhoria de processos*: é um grupo de pessoas com ou sem experiência, vindas de fora da entidade. Os membros são geralmente pessoas com perfil mais conservador.
- (B) *Equipes autogeridas*: são compostas de pessoas altamente treinadas para desempenhar um conjunto de tarefas interdependentes dentro de uma unidade natural de trabalho. Os membros usam o consenso na tomada de decisão para desempenhar o trabalho, resolver problemas ou lidar com clientes internos ou externos.
- (C) *Equipes de força-tarefa*: uma força-tarefa é designada para resolver imediatamente um problema. O grupo fica responsável por um plano de longo prazo para resolução do problema que pode incluir a implementação da solução proposta.
- (D) *Equipes de projetos*: são formadas especialmente para desenhar um novo produto ou serviço. Os participantes são designados na base de sua habilidade para contribuir para o sucesso. O grupo geralmente debanda após completada a tarefa.
- (E) *Equipes funcionais cruzadas*: são compostas de pessoas vindas de diversas áreas da empresa (marketing, produtos, finanças, engenharia) e são formadas para alcançar um objetivo específico por meio de um *mix* de competências. Quase sempre são designadas.

As pessoas não têm objetivos e interesses idênticos. As diferenças de objetivos e de interesses individuais sempre produzem alguma espécie de conflito. O conflito é inerente à vida de cada indivíduo e faz parte inevitável da natureza humana. Constitui o lado oposto da cooperação. Além da diferença de objetivos e interesses, deve haver necessariamente uma interferência deliberada de uma das partes envolvidas para que haja conflito. O conflito existe quando uma das partes – seja indivíduo ou grupo – tenta alcançar seus próprios objetivos interligados com alguma outra parte e esta interfere na outra que procura atingir seus objetivos. A **interferência** pode ser ativa (mediante ação para provocar obstáculos, bloqueios ou impedimentos) ou passiva (mediante omissão ou deixar de fazer algo). As equipes, assim como as pessoas, desenvolvem estilos específicos para lidar com conflitos, baseados no desejo de satisfazer seus próprios interesses *versus* o interesse da outra parte. São descritos a seguir cinco estilos de administrar conflitos por meio de duas dimensões, da assertiva (tentativa de satisfazer aos interesses das outras partes) até a não assertiva. Um deles **NÃO** está correto. Assinale-o

- (A) Estilo de acomodação: reflete um alto grau de cooperação e funciona melhor quando as pessoas sabem o que é errado, quando um assunto é mais importante que outros para cada lado, quando se pretende construir créditos sociais para utilizar em outras situações ou quando manter a harmonia é o mais importante. O negócio é ir levando. É assertivo.
- (B) Estilo de colaboração: reflete um alto grau de assertividade e de cooperação. O estilo colaborativo habilita ambas as partes a ganhar, enquanto utiliza uma substancial parcela de negociação e de intercâmbio. O estilo de colaboração é importante quando os interesses de ambos os lados são importantes, quando os pontos de vista das partes podem ser combinados para uma solução mais ampla e quando o compromisso de ambos os lados requer consenso. O negócio é resolver para que ambas as partes ganhem e se comprometam com a solução.
- (C) Estilo de compromisso ou transigência: reflete uma moderada porção de ambas as características de assertividade e de cooperação. É apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, quando os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo. O negócio é ter jogo de cintura.
- (D) Estilo de evitação ou abstenção: reflete uma postura não assertiva nem cooperativa e é apropriado (1) quando um assunto é trivial, (2) quando não existe nenhuma possibilidade de ganhar, (3) quando uma demora para obter maior informação se torna necessária ou (4) quando um desentendimento pode ser muito oneroso.
- (E) Estilo competitivo: reflete assertividade para impor o seu próprio interesse e é utilizado quando uma ação pronta e decisiva deve ser rapidamente imposta em ações importantes ou impopulares, durante as quais a

urgência ou a emergência se torna necessária ou indispensável. O negócio é ganhar. Reflete a assertividade total.

79

A despesa, no serviço público, é contabilizada segundo o “regime de competência”. Isso significa ser passível de lançamento contábil quando ocorre seu fato gerador, ou seja, o empenho (seu primeiro estágio). Apesar de a realização da despesa ser um ato complexo, em termos de Direito Administrativo, basta a realização do empenho para haver o registro. Isso significa que não é necessário haver desembolso para caracterizar a despesa. Regra geral, é possível serem contabilizados milhões de reais em despesas sem ter havido pagamento algum. Ou seja: despesa não é sinônimo de pagamento. Quanto às despesas, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o empenho é, na verdade, um compromisso, por parte da Administração Pública, no sentido de pagar por algo em que tenha interesse e, por parte do fornecedor, de prestar o serviço ou entregar determinada mercadoria. Com o empenho, a despesa já existe, embora ainda não tenha sido paga. Em termos orçamentários, sua realização diminui os créditos disponíveis (valor autorizado para gasto).
- (B) o empenho “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.
- (C) o empenho (registro da despesa) pode ser de três tipos: ordinário, quando o valor a ser empenhado é conhecido e o pagamento deverá ser feito de uma só vez; estimativo, quando não é possível conhecer-se, com precisão, o montante de todas as despesas a serem realizadas durante o exercício; global, quando o valor não é conhecido e o pagamento se dará de maneira parcelada.
- (D) principalmente na situação do empenho estimativo (mas não somente), caso o valor compromissado seja insuficiente para atender aos gastos efetivamente ocorridos, pode ser feito um reforço de empenho. Isso é particularmente comum quando envolve concessionários (energia elétrica, água, telefone etc.), uma vez que, conforme mencionado, não se sabe com certeza o *quantum* a ser realizado até o final do exercício. Caso ocorra o contrário (valor empenhado maior do que despesas ocorridas), pode ser feito um cancelamento (estorno) parcial do empenho, de forma que o saldo não utilizado seja remanejado para outras despesas por meio dos chamados créditos adicionais.
- (E) o empenho possui duas etapas: a autorização, que consiste na verificação no orçamento da existência de crédito orçamentário suficiente para a realização daquela despesa, e a formalização, caracterizada a partir da elaboração da nota de empenho (NE), que possui os dados referentes à compra ou à contratação (dados do contratante, data da entrega, valor, objeto, classificação da despesa etc.).

80

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que detectamos eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. A Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante controles externo e interno, respectivamente. Acerca do controle, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) cabe ao sistema de controle interno exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres.
- (B) qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades.
- (C) o controle interno deve apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (D) os responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão conhecimento ao Tribunal de Justiça, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) cabe aos Poderes manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos.

DIREITO A – CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

81

Manoel Gadaffi, prócer de governo que sofreu abalos por movimentos populares internos, refugia-se no Brasil, tendo sido apresentado pedido de extradição pelo novo governo do seu país de origem, que fundamenta o seu pedido na garantia de um processo justo, uma vez que os revolucionários formaram um tribunal especial composto de membros do povo, do novo Congresso eleito, de magistrados indicados pelos membros do Executivo, religiosos etc. Diante das características desse órgão julgador, é correto afirmar que ocorreria a violação do princípio do(a)

- (A) isonomia.
- (B) república.
- (C) publicidade.
- (D) juiz natural.
- (E) prova ilícita.

82

A respeito do regime jurídico dos contratos administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Constatada a inexecução total ou parcial do contrato, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação por até cinco anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
- (B) A duração dos contratos administrativos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, admitida a prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos e de compras, por iguais e sucessivos períodos, limitados a sessenta meses, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação.
- (C) São consideradas cláusulas exorbitantes aquelas que, em contratos administrativos, rompem o seu equilíbrio econômico-financeiro, sendo, por essa razão, nulas de pleno direito, ensejando ao contratado o direito à rescisão contratual.
- (D) Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o contrato administrativo pode ser celebrado com prazo de vigência indeterminado.
- (E) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

83

A Ação Civil Pública tem assento constitucional em norma diversa da que prestigia as demais ações, como o Mandado de Segurança e o *Habeas Corpus*, inseridos no capítulo destinado aos direitos e garantias individuais e coletivos. Em relação às características que podem ser vinculadas à Ação Civil Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A propositura é exclusiva do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) Havendo inquérito civil, ele será presidido por membro do Poder Judiciário, especialmente designado.
- (C) Sendo um direito da coletividade, qualquer cidadão pode ser autor nessa espécie de ação civil.
- (D) Podem ser objeto de pedido na Ação Civil Pública questões tributárias, desde que com base constitucional.
- (E) O Ministério Público em geral e outras pessoas especificadas em lei podem propor a ação.

84

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao apreciar a legalidade, legitimidade e economicidade de contrato administrativo celebrado por determinado município fluminense, identifica uma série de irregularidades, incluindo a ocorrência de dano ao erário devidamente quantificado. Sabendo que o responsável pelas irregularidades e pelo dano ao erário já se encontra identificado, o Tribunal de Contas do Estado deverá

- (A) instaurar uma Tomada de Contas e, após a abertura de prazo para exercício da ampla defesa, poderá julgar irregulares as contas do gestor responsável, imputando-lhe o débito apurado, em decisão dotada de força executiva.
- (B) sustar imediatamente a execução do contrato administrativo, comunicando a decisão à Câmara de Vereadores, que terá o prazo de cento e vinte dias para referendar o ato de sustação.
- (C) determinar a instauração de uma Tomada de Contas Especial, a ser realizada no âmbito do órgão de controle interno do município, ao qual competirá, após contraditório e ampla defesa, julgar as respectivas contas e aplicar ao responsável as sanções previstas em lei, entre as quais multa proporcional ao dano ao erário.
- (D) imputar o débito ao gestor responsável, em decisão dotada de eficácia de título executivo extrajudicial, cabendo ao próprio Tribunal de Contas do Estado promover a respectiva execução forçada.
- (E) comunicar o fato imediatamente ao Ministério Público do Estado, a fim de que seja ajuizada a competente ação de ressarcimento, uma vez que a Corte de Contas não tem competência para imputar o débito ao gestor responsável.

85

Antônia ajuizou ação de rito ordinário em face de empresa concessionária de serviço de transporte coletivo urbano visando à reparação dos danos por ela suportados ao ser atropelada em acidente de trânsito causado pelo motorista da empresa. Considerando a situação hipotética narrada, a responsabilidade civil da empresa concessionária de serviço público será

- (A) solidária em relação à responsabilidade objetiva do Poder Concedente e subjetiva do próprio agente causador do dano.
- (B) subjetiva e, por tratar-se de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, haverá presunção de culpa do agente causador do dano.
- (C) objetiva, uma vez que o dano foi causado por agente de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo indiferente ser a vítima usuária ou não usuária do serviço público.
- (D) subsidiária em relação à responsabilidade objetiva do Poder Concedente, a quem compete o dever de fiscalização na execução do serviço público concedido.
- (E) subjetiva, pois a vítima do dano é terceiro não usuário do serviço público, afastando, assim, a incidência da responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco administrativo.

86

A respeito dos sistemas de controle da administração pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade ou irregularidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade solidária.
- II. A aplicação das sanções decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas competente.
- III. De acordo com a lei de processo administrativo do Estado do Rio de Janeiro, a revogação de atos administrativos por motivo de conveniência e oportunidade deve respeitar direitos adquiridos; entretanto, como se trata de desfazimento do ato por razões de mérito, não se oferece ao beneficiário a oportunidade de manifestar-se previamente à revogação.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

87

A respeito do regime de responsabilidade dos servidores públicos em âmbito federal, é correto afirmar que

- (A) embora as instâncias penal e administrativa sejam independentes, a decisão penal absolutória por insuficiência de provas vincula a instância administrativa.
- (B) a ação disciplinar prescreve em 2 (dois) anos, seja qual for a natureza da infração administrativa cometida pelo servidor.
- (C) o servidor público responde penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, ao passo que a responsabilidade civil é exclusiva da Administração Pública.
- (D) a responsabilidade do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (E) as sanções administrativas não podem cumular-se com as sanções civis decorrentes de uma mesma infração funcional, sob pena de *bis in idem*.

88

O projeto de lei relativo ao plano plurianual relacionado ao orçamento da União deve ser apreciado

- (A) de acordo com o regimento da Câmara.
- (B) por comissão permanente do Senado Federal.
- (C) pelas duas Casas Legislativas.
- (D) por comissão mista do Executivo.
- (E) na forma do regimento do Senado.

89

As sucessivas reformas da Constituição atingiram a estrutura do Poder Judiciário nacional. No curso do debate, houve acerbica campanha, inclusive da OAB, pela instituição do controle externo da atuação dos juízes. Após os debates, surgiram os novos órgãos: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Nessa linha, é correto afirmar que

- (A) o Poder Judiciário não possui controle administrativo interno previsto.
- (B) o CNMP exerce a atividade de controle externo do Poder Judiciário.
- (C) os dois Conselhos referidos integram a estrutura do Poder Judiciário.
- (D) o CNJ exerce o controle externo da atividade do Poder Judiciário.
- (E) é órgão integrante do Poder Judiciário o CNJ, exercendo controle interno.

90

A respeito do regime jurídico aplicável às entidades da Administração Pública, considere as seguintes afirmativas:

I. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e integram a Administração Pública Indireta do ente federativo respectivo.

II. Os consórcios públicos são pessoas jurídicas de direito privado e integram a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

III. As sociedades de economia mista submetem-se ao limite máximo de remuneração previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República (subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal) caso recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

91

Analise as afirmativas a seguir:

I. A competência para legislar sobre direito tributário é privativa da União, mas pode ser delegada aos Estados.

II. Lei estadual sobre política de crédito é inconstitucional, porque se trata de matéria de competência da União.

III. A competência para editar normas gerais de licitação é da União, mas, na ausência de lei federal, os Estados poderão legislar sobre a matéria.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

92

O chefe de determinado órgão público integrante da estrutura do Poder Executivo Federal, visando a conferir maior celeridade na tramitação de processos administrativos, decide delegar a competência para decidir recursos administrativos a seu chefe de gabinete. Considerando a situação hipotética acima narrada, é correto afirmar que tal conduta se revela juridicamente

- (A) correta, uma vez que o chefe do órgão público exerce a direção superior da Administração Pública Federal.
- (B) incorreta, em decorrência da regra geral de indelegabilidade de competências administrativas.
- (C) correta, desde que exista previsão legal e que o ato seja acompanhado de aceitação expressa do agente delegatário.
- (D) correta, desde que o ato de delegação seja publicado em meio oficial.
- (E) incorreta, uma vez que é legalmente vedada a delegação da competência para decidir recursos administrativos.

93

Considere a seguinte afirmativa:

A Constituição da República enumera os princípios que regem a atividade econômica, dentre os quais o tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Essa afirmativa está **INCORRETA** porque

- (A) o tratamento favorecido deve ser condicionado apenas à redução das desigualdades regionais.
- (B) o tratamento favorecido viola a livre concorrência, que é um dos princípios da atividade econômica.
- (C) o tratamento favorecido deve ser condicionado apenas à redução das desigualdades sociais.
- (D) o tratamento favorecido não se estende às empresas de médio porte.
- (E) a Constituição não admite tratamento favorecido, em respeito ao direito à igualdade.

94

NÃO é atribuição legal do Auditor Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro

- (A) lavrar termo, intimação, notificação, nota de lançamento, auto de infração e auto de apreensão.
- (B) emitir parecer em processos de consulta e de regime especial, bem como de extinção, suspensão e exclusão de crédito tributário, ressalvada a competência do órgão central do sistema jurídico estadual.
- (C) instaurar Tomada de Contas Especial por ausência de prestação de contas do sujeito passivo da obrigação tributária.
- (D) fiscalizar e efetuar o lançamento dos tributos estaduais e outras receitas não tributárias do Estado do Rio de Janeiro, decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.
- (E) examinar bens móveis e imóveis, mercadorias, documentos e livros fiscais e comerciais, bem como arquivos do sujeito passivo da obrigação tributária.

95

Suponha que o STF, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tenha julgado a lei X inconstitucional. Nesse caso, seria correto afirmar que a lei X

- (A) pode ser federal, estadual ou municipal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.
- (B) pode ser federal ou estadual e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.
- (C) pode ser federal, estadual ou municipal e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.
- (D) pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.
- (E) é federal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

96

A Comissão de Licitação de um órgão público estadual, em procedimento licitatório de Tomada de Preços, decidiu por inabilitar determinada licitante que havia descumprido norma editalícia pertinente à comprovação de sua habilitação jurídica para execução do objeto contratual. A decisão da Comissão de Licitação pauta-se no princípio setorial das licitações conhecido por

- (A) padronização.
- (B) lealdade processual.
- (C) instrumentalidade das formas.
- (D) vinculação ao instrumento convocatório.
- (E) julgamento objetivo das propostas.

97

Suponha que, em setembro de 2010, o Presidente da República tenha editado medida provisória majorando a alíquota de determinado imposto. Nesse caso, é correto afirmar que a medida provisória é

- (A) inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre direito tributário.
- (B) inconstitucional, pois medida provisória pode instituir tributo, mas não pode alterar alíquota.
- (C) inconstitucional, pois medida provisória não pode dispor sobre matéria reservada a lei complementar.
- (D) constitucional e produz efeito imediatamente após a sua edição.
- (E) constitucional, mas só produzirá efeito em 2011 se tiver sido convertida em lei em 2010.

98

Um cidadão que não pretende recolher determinado imposto por considerar que a lei que instituiu referido tributo é inconstitucional deverá ajuizar a seguinte ação:

- (A) habeas data.
- (B) mandado de segurança.
- (C) ação popular.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) mandado de injunção.

99

Abelhudo, cidadão brasileiro, contrai casamento com Abelhudinha, tendo o casal três filhos. Infelizmente, o casal resolve divorciar-se, e o varão assume o dever de prestar alimentos à sua ex-esposa e aos seus filhos. Apesar de contar com boa remuneração, Abelhudo deixa de pagar várias prestações dos alimentos acordados judicialmente, vindo a sofrer processo de cobrança, tendo sua ex-mulher requerido sua prisão caso não solvesse a dívida. O varão, apesar de regularmente comunicado do processo, não pagou a dívida nem justificou o não pagamento, vindo sua prisão a ser declarada pelo magistrado presidente do processo. A respeito da prisão civil, é correto afirmar que

- (A) está preservada somente para militares em tempo de guerra.
- (B) é constitucionalmente prevista para homens inadimplentes de alimentos.
- (C) é admissível quando o devedor contrai dívidas com fornecedores.
- (D) foi extinta após a edição da Constituição Federal de 1988.
- (E) está restrita à dívida quando ela tem natureza de alimentos.

100

O presidente de uma autarquia do Estado do Rio de Janeiro, após auditoria realizada na folha de pagamento da entidade, detectou irregularidades na concessão de vantagens pecuniárias a algumas categorias de servidores públicos e pretende rever os atos administrativos concessivos de tais benefícios.

Considerando que os atos administrativos foram praticados há mais de doze anos e que vêm produzindo, desde então, efeitos jurídicos favoráveis aos seus destinatários de boa-fé, o Presidente da autarquia indaga se existe algum limite temporal para a anulação de tais atos. Nessa situação hipotética, de acordo com a lei de processo administrativo do Estado do Rio de Janeiro (Lei 5.427/2009), é correto afirmar que o direito de a Administração Pública anular tais atos

- (A) decai em cinco anos, contados da data de percepção do primeiro pagamento.
- (B) decai em cinco anos após o término do exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
- (C) prescreve em dez anos, contados da data da ciência do vício de legalidade, salvo comprovada má-fé.
- (D) prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (E) não se submete a prazo decadencial, em decorrência do princípio da legalidade.



F U N D A Ç ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS